

## CARTA-MANIFESTO DOS POVOS INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL.

20\02\2020

Reunidos em Campo Grande MS durante os dias 17 a 20 de fevereiro de 2020, nós representantes e lideranças, anciões, jovens, mulheres, e conselheiros dos povos Terena, Kinikinau, Kadiweu, Guarani Nhandeva e Guarani e Kaiowa, somados em mais de 30 territórios indígenas, unimos nossa voz, nossa espiritualidade e nossa determinação na luta para afirmar que não seremos passivos nem permitiremos que o Governo Bolsonaro e o Governo do Estado do MS continuem afrontando a democracia, desrespeitando as diferenças e promovendo o desmonte dos direitos Constitucionais do povo Brasileiro, em especial o direito originário dos filhos primeiros deste país, os Povos Indígenas.

Estamos reunidos para afirmar que não mediremos esforços e que não nos faltara coragem para resistir e que, ao lado de nossos encantados e de nossa espiritualidade, iremos defender nossos territórios, nossa dignidade e nosso futuro com nossa vida se for preciso, frente a cada ataque que estamos sofrendo pelas mãos de um Estado racista e anti-indígena.

Iremos iniciar a partir desta data um processo ainda mais forte e unitário de lutas até que nossas vozes sejam ouvidas e nossas demandas sejam respeitadas: **Exigimos que:**

O Estado Brasileiro garanta a continuidade imediata dos estudos e processos de demarcação de Terras Indígenas.

- Junto ao Povo Kadiweu promova a desintrusão dos invasores que ainda ocupam uma grande parte da Terra Indígena.

- Junto ao povo Kinikinau, que o Estado devolva ao povo seu território originário, o qual ajudou a roubar, cumprindo assim as determinações e recomendações já advindas do Ministério Público Federal.

- Junto aos Povos Guarani Nhandeva e Guarani e Kaiowa que o Estado honre o CAC de 2007, utilizando o recurso milionário da multa que a FUNAI possui com estes povos para promover a imediata finalização dos estudos de reconhecimento e identificação dos territórios, bem como continue os processos de declaração e homologação dos demais territórios de nosso povo.

- Junto ao Povo Terena, que de igual modo o Estado promova o reconhecimento e a continuidade imediata de nossas demandas de demarcação.

Enquanto a demarcação segue paralisada denunciemos aqui todos os processos cotidianos de criminalização, perseguições, violações de Direitos Humanos e em especial os ataques e atentados diretos que temos sofrido, sejam eles pela mão de jagunços, seguranças privados ou até mesmo de agentes de segurança do próprio Estado, como vem ocorrendo em Dourados contra o povo Kaiowa, onde indígenas tem sido covardemente atacados pela polícia e até mesmo pela Força Nacional e em Aquidauana contra o povo Kinikinau, onde o prefeito da Cidade organizou e realizou, utilizando estrutura pública e contando com a força de Segurança do Estado uma “reintegração de posse” completamente ilegal. Denunciamos aqui ainda todas as outras formas e táticas utilizadas para violar a vida de nosso povo, como os despejos de agrotóxicos sobre as comunidades – que tem voltado a ser cotidiano – e as estratégias de intimidação de nossos líderes e famílias. Enquanto isso o ruralismo e o agronegócio fazem o que sempre fizeram, seguem promovendo o roubo de nossos territórios e a violência contra

nossa Terra Mãe e ao meio ambiente. Em relação aos ataques com uso das Forças de Segurança do Estado exigimos punição pelos crimes cometidos ao Governador do Estado, ao Secretário de segurança do MS e todos os representantes de instancias envolvidas nestes atentados.

Denunciamos aqui o uso do aparato das forças de segurança publicas por entes privados, fazendeiros e políticos de maneira generalizada no estado contra os povos indígenas.

Ao Supremo Tribunal Federal, pedimos atenção e sensibilidade dos Ministros em relação a questão da Repercussão Geral. Este julgamento é fundamental para o futuro dos povos indígenas em todo o país e vem sendo acompanhado atentamente por nossos povos. Ele se estabelece como um grande e fundamental divisor de aguas para nossas vidas. Se por um lado, os Ministros honrarem seus papéis de defensores da Constituição Federal e garantirem o direito constitucional e o indigenato, haverá para os povos indígenas ainda possibilidade de paz e dignidade, e poderemos quem sabe dentro de algum tempo estarmos vivendo como determina nossa carta magna, plenos em nossos costumes e tradições. Por outro lado, se os Ministros forem seduzidos pela armadilha ruralista e implementarem sobre nós o marco da morte (marco temporal) precisamos alertar os mesmos que estarão assinando um tratado de guerra e de extermínio contra os povos indígenas brasileiros. Mesmo que a caneta determine, não poderemos simplesmente sairmos de nossos territórios, pois uma vez sem eles, já nos sentimos mortos. Desta forma só nos sobrar a resistir as reintegrações de posse e a violência dos ruralistas com nossas próprias vidas, ficando as mãos do Estado Brasileiro mais uma vez entre tantas manchadas com nosso sangue.

Exigimos que o parecer 001 seja revogado e enterrado para sempre por se tratar de um absurdo inconstitucional e uma aberração ao direito humano do acesso à justiça uma vez que proíbe advogados\procuradores federais, em especial da FUNAI de defenderem nosso direito contra, por exemplo, ações de despejo contra nossas comunidades. Desta forma almejam nos atacar francamente e ainda colocar abaixo nossas possibilidades de defesa

Manifestamos nossa preocupação em relação a posição de órgãos oficiais como Ministerio da Justica e parte conservadora infiltrada no Ministerio Publico Federal de que as violências praticadas contra os povos são legítimas e fazem parte de um suposto direito a defesa da propriedade, inclusive, com possibilidade de virar lei ou decreto. Esta posição faz coro com a posição do sindicato rural que busca se armar e praticar acao direta de genocídio contra nossos povos que na pratica já assassinou muitas de nossas lideranças.

Exigimos que o Estado respeite de forma imediata nossas retomadas e pare com este jogo sujo, criminoso e genocida que vem promovendo através da proibição de assistência humana a centenas de famílias, seja por boicote a alimentos, gerando a fome, e(ou) boicote a políticas de atenção básica de saúde, gerando a morte inclusive de crianças pela doença. Quando o Estado age desta forma ele se torna nosso algoz duas vezes, primeiro congelando o processo de demarcação de nossos territórios – negando assim a nossos povos nosso direito constitucional e causando contra nós insegurança jurídica – depois punindo a luta e o direito de nosso povo em continuar ocupar estes territórios, através de tentativas covardes de genocídio.

Em relação a determinação de que acampamentos e retomadas indígenas não possam ser atendidas com as cestas básicas exigimos que os responsáveis por esta preposição sejam denunciados e processados por crime contra humanidade e por desrespeito a questão constitucional ferindo clausulas pétreas da CF 88. Fere o direito mais básico e fundamental de

um ser humano. As cestas básicas são ainda migalhas da reparação dos crimes realizados por este estado e nos exigimos o imediato reestabelecimento da política de entrega.

Exigimos que cesse imediatamente o jogo de assédio dos Governantes em relação a nossas lideranças e comunidades buscando meios de promover ilegalidades como o arrendamento e a lógica do agronegócio dentro de nossas Terras Sagradas porque isso se trata de uma estratégia política clara de enfraquecimento da nossa tradicionalidade – elemento central para a demarcação de nossos territórios

Exigimos respeito a FUNAI que passa hoje por um grande desmonte e por um pesado aparelhamento Militar, evangélico e ruralista. Queremos deixar bem claro para este Governo que não aceitaremos a utilização de peritos e(ou) antropólogos ruralistas nas perícias, laudos e estudos que digam respeito a nosso povo. Prometemos que se identificados estes sujeitos em nossas comunidades iremos prede-los imediatamente.

Exigimos que sejam processados diretamente o Presidente da FUNAI nacional e o Ministro da Justiça por negligencia em relação as demarcações de Terras dos povos indígenas, bem como por todas as mortes e violações decorrentes desta negligencia. Que esta multa seja destinada e revertida para os povos indígenas afetados. O mesmo seja feito em relação aos gestores negligentes da Saude indígena.

No mesmo sentido que respondam por improbidade aqueles gestores municipais que, por racismo, negligencia ou discriminação tratem com diferença ou não realizarem políticas publicas junto aos povos indígenas que possuam Terras Indigenas nos limites do município.

Repudiamos a pratica dos Presidentes da FUNAI de virem ao Mato Grosso do Sul e sentarem apenas com os ruralistas, demonstrando seu lado, que não e o nosso lado.

Em relação ao coordenador da FUNAI de Campo Grande, o dito “Magalhaes do megafone”, após as barbaridades já ditas por ele, antes mesmo de assumir o trabalho na prática, demonstrando o profundo racismo, preconceito e desconhecimento com nossos povos, nosso jeito de ser e nossas demandas, exigimos sua imediata exoneração (não tem conversa) e que para a escolha do novo coordenador, se estabeleça um processo transparente e participativo junto aos povos indígenas como determina a convenção 169.

Em relação a saúde destacamos mais uma vez a necessidade de demarcação de nossos territórios pois só assim estará plenamente assegurado para nós a saúde física, psicológica e espiritual que necessitamos. Exigimos também o respeito a nossa saúde tradicional.

Exigimos que o atendimento a saúde – direito irrestrito e universal – ocorra em todos os nosso territórios independente da situação fundiária.

Reforçamos aqui nossa posição contrária a municipalização e as estratégias de privatização da saúde indígena. Exigimos respeito a SESAI, ao SUS e as demais conquistas dos povo na saúde. Somos imensamente contrários as estratégias, que possuem o dedo e a mao do Ministro anti-indígena Mandeta, que se apresentam com a implementação da ADAPS.

Denunciamos as praticas de racismo institucional, de maus tratos e ate mesmo assassinato que nosso povo, em especial nossas mulheres, tem sofrido nos hospitais e postos de saúde municipais. Este fato faz com que muitos indígenas tenham receio de buscar o hospital, permanecendo doentes ou ate mesmo vindo a óbito.

Em relação ao CONDISI exigimos respeito a nosso órgão de controle social e exigimos também que a sua atual gestão respeite as organizações tradicionais dentro do conselho. Estamos cientes e acompanhando que ao povos e as aldeias não estão sendo consideradas em especial no quesito da eleição\participação dos membros e do tempo de vigência destes.

Denunciamos ainda a precariedade da questão da saúde nas aldeias, onde falta tudo, em alguns casos – e não ao poucos - ate mesmo agua potável.

Em relação a educação, exigimos respeito a autonomia dos povos, dos nossos professores, aos nossos corpos gestores indígenas, a nossas praticas tradicionais e espirituais, a nossas praticas de educação em relação ao manejo de nossa terra como por exemplo a agroecologia e a nossos currículos diferenciados.

Exigimos que os municípios aceitem os currículos diferenciados de nossas escolas e elaborados pelas nossas comunidades.

Exigimos do Estado do MS a garantia da participação dos Conselhos Indígenas tradicionais no Conselho Estadual de Educação.

Exigimos que nosso professores em formação sejam respeitados e possam estar dando aula em suas comunidades ou fora (enquanto continuam suas formações).

Exigimos respeito ao TEKO ARANDU e ARA VERÁ e POVOS DO PANTANAL e fim das perseguições políticas as licenciaturas e instancias de formação. Que os cursos sejam garantidos na matriz orçamentária da UFGD e outras universidades. No corpo Gestor queremos que pare imediatamente a pratica dos brancos de retirarem as vagas de indígenas e prejudicando nossa autonomia. E preciso consultar as organizações indígenas e realizar abertura de concurso especifico e diferenciado para gestores indígenas.

Assinam abaixo as lideranças